

AVALIAÇÃO DOS ALUNOS SURDOS EM CLASSES INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: O QUE DIZEM OS PERIÓDICOS?

Adriana Moreira de Souza Corrêa ¹
Egle Katarinne Souza da Silva ²

RESUMO

O ato de avaliar nos processos educativos ultrapassa o de medir o conhecimento adquirido com uma nota, determinando o quanto o aluno aprendeu, ele deve englobar também a reflexão crítica sobre métodos e práticas avaliativas, funcionando como regulador das aprendizagens. Quando o aluno avaliado é surdo, essa avaliação requer uma atenção especial à medida que o aluno surdo, usuário da Língua Brasileira de Sinais - Libras, utiliza a Língua Portuguesa como segunda língua. Logo todos os processos educacionais desse aluno devem ser mediados pela atuação de professores qualificados para isso, como os tradutores intérpretes de Libras. Portanto, mais que aplicar a avaliação com esse público, é necessário que os educadores avaliem sua prática pedagógica, compreendam os pressupostos do processo avaliativo e como tem acontecido de fato essa avaliação. Diante disso, desenvolvemos essa pesquisa bibliográfica com o objetivo de identificar o que dizem as pesquisas publicadas nos periódicos *Scopus*, SciELO e Google Acadêmico sobre a avaliação dos estudantes surdos na educação básica, nos anos de 2015 a 2019, sendo analisados os documentos nacionais. Diante da sistematização da pesquisa, após os filtros que condizem com os critérios de inclusão e exclusão foram identificados apenas dois documentos científicos Silva e Kanashiro (2015) e Oliveira, Silva e Gomes (2017). Enquanto os primeiros autores relataram um estudo de caso, os outros realizaram uma pesquisa bibliográfica. Diante dos resultados, podemos afirmar que a avaliação do surdo precisa ganhar maior visibilidade no âmbito acadêmico, em especial, no que se refere às publicações em periódicos de ampla circulação.

Palavras-chave: Avaliação, Aluno Surdo, Libras.

INTRODUÇÃO

A avaliação da aprendizagem na escola regular é um processo que pode servir a dois fins: permitir a reflexão dos métodos e práticas de avaliação, funcionando como regulador das aprendizagens, sendo utilizado como meio de atribuição de notas e conceitos, de modo a medir o que o estudante aprendeu (LUCKESI, 2011). Contudo, ao perceber as duas faces da avaliação e selecionar aquela na qual se reflita em uma prática emancipatória é uma ação desafiadora, à medida que, enquanto educadores somos formados para conceber o estudante em uma perspectiva holística, mas, muitas vezes nos tornamos reféns da pressão filosófica das instituições de ensino, da família e dos dados oriundos das avaliações externas, que visam atingir metas impostas pelo sistema educacional.

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ensino – PPGE/UERN/CAMEAM - RN. Professora da Universidade Federal de Campina Grande - PB, adriana.korrea@gmail.com;

² Gestora da ECITE Cristiano Cartaxo, Mestra em Sistemas Agroindustriais pelo Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar (CCTA) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), eglehma@gmail.com;

Essa percepção da avaliação ora com uso seletivo, ora com função diagnóstica se torna ainda mais evidente quando pensamos no processo de aprendizagem da Pessoa com Deficiência – PcD, porque os parâmetros e métodos de avaliação, para serem mais equânimes, precisam ser pensados na perspectiva das adaptações que favoreçam o uso das línguas e das linguagens que permitam a acessibilidade ao ensino e à compreensão dos seus resultados. Assim, nos questionamos o que dizem as pesquisas publicadas nos periódicos revisados por pares sobre a avaliação dos estudantes surdos na educação básica?

Diante disso, buscamos em 3 bases de dados *Scopus* (Portal de Periódicos CAPES/MEC), *Scientific Electronic Library Online* - SciELO e Google Acadêmico as pesquisas que tratam da avaliação da aprendizagem, de modo a conhecer as abordagens e os resultados apresentados pelos autores que trabalharam essa temática.

É importante destacar que o estudante surdo é caracterizado como uma minoria linguística, usuária da Língua Brasileira de Sinais – Libras e participe de uma cultura visual, denominada de Cultura Surda (BRASIL, 2005). Em função disso precisa ter a sua educação e avaliação pautadas no princípio bilíngue, que implica no uso da Libras e da Língua Portuguesa – LP na modalidade escrita, com estratégias de avaliação enquanto Segunda Língua - L2.

As discussões oriundas dos dados tratam de: percepções sobre a avaliação, prática da avaliação (instrumentos e recursos humanos: o tradutor intérprete da Libras - TIL), uso de línguas e linguagens e valores construídos socialmente pela prática de avaliação.

METODOLOGIA

O desenvolvimento da pesquisa foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica, com vistas a contemplar as principais discussões teóricas ao longo do recorte estudado. Para Prodanov e Freitas (2013, p. 54), esse tipo de pesquisa é:

[...] elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa.

Para a composição do *corpus* da investigação, no dia 6 de setembro de 2019 realizamos uma revisão sistemática em três bases de dados: *Scopus*, SciELO e Google Acadêmico. Na base *Scopus*, inserimos na caixa de busca a expressão “Avaliação surdo” e selecionamos a opção de artigos de periódicos publicados entre 2015 - 2019. Obtivemos 45 ocorrências, dentre as quais excluímos aquelas que tinham enfoque principal na atuação do TIL, análise do registro escrito do surdo em LP, experiências no nível médio e superior, de Ambientes Virtuais de

Aprendizagem - AVAs e temas relacionados com a saúde. Concentramo-nos em selecionar os trabalhos a partir do título que constasse o termo avaliação e, desses, apenas um se enquadrava nos critérios de pesquisa.

A segunda base de pesquisada foi o Google Acadêmico. Ao inserimos a mesma expressão da pesquisa anterior, observamos a predominância de investigações na área da saúde. Por isso, com o intuito de refinar a pesquisa por artigos publicados em periódicos, inserimos na caixa de busca única os termos “avaliação da aprendizagem” AND surdo e selecionamos as seguintes opções: páginas em português, período de publicação: 2015 – 2019 e desmarcamos as patentes e as citações. Diante desses parâmetros, refinamos 354 resultados e, após análise individual dos títulos, excluímos aqueles que se referiam aos mesmos textos encontrados na base de dados *Scopus*. Além desses, desconsideramos as dissertações e os trabalhos completos divulgados em anais de eventos acadêmicos, por seguirem processos de aprovação diferentes das revistas.

A plataforma SciELO permitiu um refinamento diferenciado na busca por fontes, por isso, na aba pesquisa, optamos por utilizar o formulário avançado e inserimos duas palavras-chave: avaliação (como principal) e surdo (como secundária). Em ambas selecionamos a opção que afunila as ocorrências por esses termos apenas àquelas que inseriram no título da publicação e não foram encontrados resultados.

Ampliamos as buscas para o resumo a fim de identificarmos se havia investigações com a temática que se remetesse a termos diferentes, tais como: verificação da aprendizagem, exame, entre outros, mas, voltados para a área da educação, foram encontradas 6 ocorrências; contudo, uma dessas ocorrências se tratava de um Estudo de Caso de uma escola colombiana. Por não se referir a pesquisas no Brasil, ou seja, por se pautar em documentos oficiais de referência diferentes daqueles abordados nessa pesquisa, essa ocorrência foi excluída.

Diante dos textos filtrados realizamos as técnicas de leituras seguindo as orientações de Salvador (1986), sendo elas: Leitura de reconhecimento do material bibliográfico; Leitura exploratória; Leitura seletiva; Leitura reflexiva e Leitura interpretativa. O autor esclarece ainda que essas leituras sejam realizadas sucessivamente para obtenção das informações necessárias e contribua para que os pesquisadores formulem seu entendimento diante da temática estudada.

DESENVOLVIMENTO

Luckesi (2018) destaca que no Ensino Fundamental os alunos, gradativamente, avançam em relação à atenção focada, permitindo o desenvolvimento de atividades específicas, entre

elas, a avaliação. Nas séries do Ensino Fundamental, o estudante tem as suas atividades pautadas em um currículo escolar, que é estabelecido *a priori* e construído a partir das possibilidades cognitivas e afetivas dos estudantes. À medida que avançam nos estudos a concentração nas atividades é ampliada, possibilitando o uso de outras estratégias de ensino e de avaliação.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996, a avaliação é compreendida na abordagem apresentada por Luckesi (2011, 2018), como uma verificação, que ocorre de maneira cumulativa, com predominância dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos. Nessa perspectiva, pensar uma avaliação qualitativa implica em pensá-la enquanto um processo, como a percepção da evolução do estudante a partir das suas possibilidades e limites. Concebê-la como cumulativa, pressupõe entendê-la como um processo que acompanha o ser humano em diferentes relações na sua existência.

A avaliação, para Luckesi (2011), é uma investigação sobre uma realidade. No âmbito escolar, permite o conhecimento sobre a eficácia sobre os processos de aprendizagem dos estudantes, mas, para que os dados estejam mais próximos da realidade a ser compreendida, faz-se necessário selecionar, de forma adequada, os instrumentos e estratégias utilizadas nesse processo. Contudo, nesse aspecto, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, divulgada em 2008, chama a atenção para a pluralidade de tempos e modos de aprender que os estudantes apresentam e que pressupõem um olhar diferenciado sobre o processo de avaliação e de análise dos dados oriundos desse processo (BRASIL, 2008).

Tratando-se do surdo, o Decreto nº 5.626/2005, no §1º capítulo IV, que aborda do uso e da difusão da Libras para o acesso das pessoas surdas à educação, garante que é necessário:

VI – adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa; VII – desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos;

Diante do exposto, para verificar o conhecimento do surdo, faz-se necessário repensar o processo avaliativo desse estudante, desde os seus pressupostos epistemológicos (sobre a concepção da avaliação) aos instrumentos, línguas, linguagens e mídias envolvidas no processo de avaliação. De acordo com o Decreto, a Libras e a LP quando utilizadas como línguas de mediação na avaliação, precisam ser consideradas na sua modalidade de produção e recepção e na função que desempenha para o surdo. Assim, ao passo que o referido documento não traz ressalvas sobre a avaliação em Libras, elenca instruções específicas no que se refere à produção

do surdo em LP, que segundo a Lei da Libras nº 10.436 (BRASIL, 2002), tem a sua modalidade escrita como um sistema linguístico obrigatório a ser aprendido pelo surdo.

Destacamos apenas que ambos os sistemas são relevantes para promover o acesso do surdo à informação em uma sociedade letrada, entretanto, nos preocupa restringir as discussões sobre a avaliação apenas ao uso de uma ou outra língua como mediadora do processo, mas buscar compreender os pressupostos e as discussões travadas na academia, além do uso das demais linguagens e as estratégias de aplicação da avaliação que interferem na compreensão do instrumento avaliativo e na expressão do saber construído pelo estudante.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao realizar essa investigação, observamos que são predominantes nas bases de dados os artigos publicados que versam sobre as experiências de avaliação da produção oral e escrita do surdo na L2, bem como aquelas que tratam da aquisição da linguagem (Libras) pela pessoa surda. Apesar de considerarmos a internalização de uma língua salutar para a expressão do conhecimento pelo surdo e da compreensão desse saber pelo avaliador, buscamos compreender quais são as discussões que tratam dos processos e parâmetros de avaliação dos demais conteúdos, sejam eles das áreas de ciências da natureza, da matemática, ciências humanas, entre outras.

No quadro 1, apresentamos a síntese dos resultados sobre avaliação do surdo nas bases de dados pesquisadas, que podem trazer contribuições para a Educação Básica e que foram encontrados a partir dos critérios de seleção elencados na seção metodologia.

Quadro 1 – síntese dos resultados de artigos publicados em periódicos

| Base | Ano | Critério | Título | Autor(e/as) |
|------------------|---|----------|---|------------------------|
| Scopus | 2015 | Título | Avaliação Visual da Aprendizagem: uma alternativa para os alunos surdos | Silva; Kanashiro |
| Google Acadêmico | 2015 | Título | Avaliação Visual da Aprendizagem: uma alternativa para os alunos surdos | Silva; Kanashiro |
| | 2017 | Título | A avaliação do aluno surdo no ensino regular | Oliveira; Silva; Gomes |
| SciELO | Sem ocorrências pertinentes ao trabalho | | | |

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Dentre as bases de dados investigadas, a mais produtiva foi o Google Acadêmico, no entanto, no refinamento das pesquisas, observamos não é possível selecionar o tipo de texto (trabalho completo, artigo, dissertação entre outros) antes de baixá-lo ou abri-lo. Assim, vemos que os documentos podem trazer dados em diferentes tamanhos, formatos e com avaliação de cientificidade diferenciados, que podem não ser pertinentes à investigação.

No que se refere à opção por selecionar como critério de busca os trabalhos que apresentam a palavra avaliação no título, afirmamos que decorreu da relevância dessa parte do texto para o incentivo à sua leitura, ou seja, é um trecho que contribui para refinar as ocorrências, pois deve sintetizar e apresentar o que será lido na sequência.

É certo que outros trabalhos trazem esse tema como decorrente de ações educativas, no entanto, suas bases teóricas versam sobre outros aspectos do processo de ensino. Encontramos ainda trabalhos que abordavam o Ensino Superior e, apesar de ressaltarmos a relevância dessas discussões sobre a temática, esses textos científicos abrangem especificidades de outros níveis de ensino. Diante disso, buscamos a efeito desse trabalho nos prender nas ocorrências que tratam o tema de maneira genérica ou abordada no nível que se apresenta como foco do trabalho: a Educação Básica.

Primeiramente, destacamos que são poucas as pesquisas que têm como temática central a avaliação do conteúdo apreendido, ou melhor, de conteúdos que não se restrinjam a identificar apenas a produção na LP escrita. Em segundo lugar ressaltamos o enfoque das pesquisas: enquanto Silva e Kanashiro (2015) relatam um estudo de caso, Oliveira, Silva e Gomes (2017), realizaram uma pesquisa de cunho bibliográfico. Consideramos que as pesquisas são complementares, pois, ao passo que Oliveira, Silva e Gomes (2017) tratam o assunto em uma perspectiva epistêmica, voltado à atenção do leitor para repensar o processo de avaliação como uma ação mediadora de outras aprendizagens, os espaços favorecedores e os elementos que se apresentam como limitantes dessa prática, Silva e Kanashiro (2015) demonstram uma experiência de avaliação do surdo abordando o mesmo conteúdo utilizando-se de mídias digitais.

Observamos que a presença do TIL, profissional que medeia a comunicação entre surdos e ouvintes (BRASIL, 2010) é valorizada em ambas as investigações. Todavia, enquanto a sua função em Oliveira, Silva e Gomes (2017) é realizar a tradução simultânea da LP para a Libras na presença do surdo, sendo o único recurso de adaptação da prova para a perspectiva de aprendizagem do surdo, Silva e Kanashiro (2015) propõem o uso de vídeo prova em Libras, sendo essa composta por 3 linguagens: a Libras na modalidade sinalizada (utilizamos essa nomenclatura para diferenciar da modalidade escrita da Libras: a Escrita de Sinais); a LP na modalidade escrita e a imagem referente ao conteúdo sinalizado na questão. Segundo as autoras, essas linguagens podem ampliar a compreensão do estudante surdo sobre o conteúdo e possibilitar o aprendizado das línguas envolvidas como instrumento no momento de realização da avaliação.

À medida que a proposta da avaliação por Oliveira, Silva e Gomes (2017) trazem uma discussão da prova ser criada na perspectiva do surdo enfatizando a presença do TIL, Silva e Kanashiro (2015) propõem um modelo de avaliação que considera a Primeira língua - L1 do surdo, que é a Libras e valoriza a sua experiência visual, possibilitando-o experimentar de um instrumento mediado pela mesma língua na qual ele tem acesso ao conteúdo em classe.

Vemos, a partir dos textos, uma valorização desse profissional maior no texto de Oliveira, Silva e Gomes (2017, p. 77) ao dizer que “[...] avaliação do aluno surdo, deve contar com o auxílio do tradutor intérprete de Libras que o acompanhará em sala de aula!” entre outras citações ao trabalho desse profissional que demonstra que compreende a atuação do TIL como essencial. Já Silva e Kanashiro (2015) buscam apresentar as limitações da função desse profissional em sala de aula, ao se referir sobre visão de surdez que ele pode ajudar a construir. Para os autores, a presença física do TIL no momento da avaliação pode solidificar a ideia de que esse estudante não tem autonomia para a solução da prova.

Ambas as pesquisas convergem para a valorização da Libras e do uso de recursos visuais no processo educativo (e avaliativo do surdo), entretanto, ao passo que Oliveira, Silva e Gomes (2017) trazem uma abordagem prescritiva, elencando os aspectos que devem direcionar a avaliação do surdo, Silva e Kanashiro (2015) mostram uma experiência que compila as percepções dos autores anteriormente citados. Sobre as orientações para a avaliação, Oliveira, Silva e Gomes (2017, p. 77) dizem que, para que ela se torne mais justa, de modo a criar condições de avaliar o conhecimento do surdo tal qual acontece com o ouvinte é necessário:

[...] atenção às formas de comunicação do sujeito em processo de avaliação; construir instrumentos indutores apropriados para cada sujeito em avaliação; reconhecer nas diferentes formas de expressão dos sujeitos os seus recursos psicológicos disponíveis para que o profissional possa construir junto com eles propostas educacionais que lhe sejam significativas e os desafiem para que transformem a transcender as atividades que os motivaram; atenção aos diferentes espaços de interação do sujeito e, sobretudo à escola, com observância às normas, valores sociais e culturais.

Para os autores, assim como relata Luckesi (2011, 2018), a avaliação adequada às particularidades dos alunos perpassa a seleção de instrumentos que permitam a sua verificação e, tratando-se dos surdos, refere-se a sua forma de expressão: a visualidade e a Libras. Silva e Kanashiro (2015) propuseram o que denominaram de avaliação diferenciada, baseando-se na prova em vídeo, cujo modelo pode ser encontrado nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, para os estudantes que selecionarem essa opção.

Sobre a presença da LP nas avaliações, ambas as investigações convergem no sentido de ressaltar a relevância do trabalho do TIL como mediador e como profissional essencial para a garantia de correção com predominância dos aspectos semânticos da escrita do surdo em LP

sobre os gramaticais, em função desses estudantes serem usuários desse sistema linguístico como L2, como disposto no Decreto nº 5.626/2005.

Os investigadores mostram ainda que é na escola que diferentes construções de diversos valores são realizadas. Ambas as pesquisas tratam de normas e valores e, sobre eles, Silva e Kanashiro (2015), por meio de entrevistas mostraram que, além da motivação para o estudo, proporcionada pela prova em vídeo, a autovalorização, a necessidade de busca por novos aprendizados em Libras, a autonomia na realização da prova (número de leituras, releituras e ordem das questões a serem respondidas) e o sentimento de pertencimento (pois, com a compreensão da prova produzida na sua língua materna – como acontece com os ouvintes - eles vivenciavam as mesmas experiências de tecer comentários sobre esse instrumento ao sair do espaço onde ocorria as avaliações e sentiam a valorização da Libras no ambiente escolar).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação do surdo é um assunto que precisa ganhar maior visibilidade no âmbito acadêmico, em especial, no que se refere às publicações em periódicos de ampla circulação, ou seja, aqueles disponibilizados gratuitamente em páginas da *internet*.

Esse momento pedagógico, que é a avaliação, percebido pelos autores como uma prática reflexiva, é fundamental para repensar outras aprendizagens que precisam ser estudadas por investigadores interessados em compreender esses processos em diferentes níveis, etapas e modalidades da educação, de modo a visibilizar a temática e encontrar alternativas que tornem a avaliação um processo equânime, para surdos e ouvintes.

Nesse sentido, a ação do TIL precisa ser integrada à ação do professor, a fim de que a sua função de mediador linguístico não seja desviada e, para que com o uso adequado desse recurso humano, possa ser promovida a autonomia de estudo do surdo. Essa autonomia pressupõe a oportunidade de escolher a sequência de questões que irão solucionar primeiro e depois rever as perguntas e respostas quantas vezes forem necessárias, em especial, em uma classe que haja apenas um TIL para atender uma número maior de surdos.

É relevante ainda perceber a importância do uso de linguagens não só no processo de ensino, como também de avaliação, de maneira que o processo educativo seja integrado e o estudante possa relacionar o que foi ensinado e o que se deseja avaliar.

Por fim, pensar em avaliar em uma perspectiva inclusiva é considerar as impressões e os conhecimentos construídos não só no conteúdo formal, quanto no que se refere aos valores,

seja pelos surdos ou ouvintes, de modo a permitir que a construção de uma sociedade que valorize o potencial da pessoa surda e a sua língua.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 18 jan. 2019.

_____. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 24 jul. 2019.

_____. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 16 fev. 2018.

_____. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. MEC/SECADI. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2019.

_____. **Lei nº 12.319**, de 1 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm Acesso em: 24 jul. 2019.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem**: componente do ato pedagógico. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.

_____. **Avaliação em Educação**: questões epistemológicas e práticas. São Paulo: Cortez, 2018.

OLIVEIRA, Cristiane Viana de.; SILVA, Francimar Batista da.; GOMES, Vera Lúcia. A avaliação do Aluno Surdo no Ensino Regular. **Educação & Fronteiras On-line.**, v. 7, n. 19, p. 71- 80, jan./abr., 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**: Métodos e Técnicas de Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SALVADOR, Ângelo Domingos. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. Porto Alegre: Sulina, 1986.

SILVA, Elifas Levi.; KANASHIRO, Elayne. Avaliação Visual da Aprendizagem: uma alternativa para os surdos. **Est. Avaliação em Educação**, São Paulo, v.26, n. 63, p. 688 – 714, dez, 2015.